

Estudos de Direito Tributário Internacional

Ramon Tomazela Santos

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2019

Copyright © 2019 by Ramon Tomazela Santos

Categoria: Direito Financeiro e Tributário

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

11 51 0 53

SA237e

Santos, Ramon Tomazela.

Estudos de direito tributário internacional / Ramon Tomazela Santos. –
Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2019.

740 p. : il., gráficos ; 23 cm.

ISBN 978-85-519-1028-3

1. Direito tributário. 2. Direito internacional. 3. Controle de preços.
4. Bitributação. 5. Arbitragem e sentença. I. Título.

CDD 343

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

O Procedimento de Negociação dos Acordos de Bitributação (2015)	1
Lei Interna Interpretativa e os Acordos de Bitributação - A CSLL e a Lei nº13.202/2015 (2016)	33
A Falência do Artigo 7º (“lucros das empresas”) dos Acordos de Bitributação e a Necessidade de Superação da Dicotomia Fonte Versus Residência (2016)	57
A Classificação da Remuneração Proveniente da Prestação de Serviços Técnicos e de Assistência Técnica nos Acordos de Bitributação Celebrados pelo Brasil (2015)	89
As Regras Brasileiras de Subcapitalização e os Acordos de Bitributação – a Incompatibilidade da Lei nº 12.249/2010 com o Padrão Arm’s Length e com a Cláusula de Não-Discriminação (2015).....	125
Caso “Specialty Manufacturing”: Compatibilidade das Regras de Subcapitalização com os Acordos de Bitributação (2016)	153
A Classificação do Pagamento Decorrente de Contrato de Garantia nos Acordos de Bitributação (2016)	191
As Pensões nos Acordos para evitar a Dupla Tributação da Renda celebrados pelo Brasil – Análise do artigo 18 da Convenção Modelo da OCDE (2015)	223
A Cláusula de Não Discriminação nos Acordos de Bitributação (2017)	253

A Ampliação da Troca de Informações nos Acordos Internacionais para Evitar a Dupla Tributação da Renda – Entre o Combate à Evasão Fiscal e a Proteção dos Direitos dos Contribuintes (2014)	299
A Desoneração de Tributos Estaduais e Municipais por Tratados Internacionais e o Federalismo Cooperativo (2014)	335
Os Instrumentos Financeiros Híbridos e a Arbitragem Fiscal Internacional – As Considerações de Política Fiscal na Ação 2 do Projeto BEPS (2016).....	365
O pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) será afetado pela Ação 2 do Projeto BEPS (“Base Erosion and Profit Shifting”)? (2015)	401
A Ação 3 do Projeto BEPS e o Regime Brasileiro de Tributação em Bases Universais na Lei nº 12.973/2014 (2017)	433
A Declaração País-a-País e a Ação 13 do Projeto BEPS (2017)	451
Os Acordos de Bitributação e os Mecanismos de Solução de Conflitos – A Ação 14 do Projeto BEPS e a Necessidade de Aprimoramento do Procedimento Amigável (2015)	481
A Convenção Multilateral da OCDE e a Ação 15 do Projeto BEPS (2017).....	513
Preços de Transferência e Aplicações Financeiras – O Escopo Normativo do Artigo 22 da Lei nº 9.430/1996 (2017)	547
Preços de Transferência e as Regras de Tributação em Bases Universais do Brasil (2017)	567
O Controle de Preços de Transferência nas Exportações de Commodities e o Método do Preço sob Cotação na Exportação (“PECEX”) (2016)	587

A Troca de Informações e o Controle de Preços de Transferência (2017)	617
A Competitividade no Mercado Global e a Tendência de Migração para um Sistema de Tributação Territorial (2017)	639
O Ganho de Capital auferido por Não Residentes - A Alienação Indireta de Participação Societária e a Alienação de American Depositary Receipts – Análise do artigo 26 da Lei nº 10.833/2003 (2015)	671
Os Mecanismos de Resistência Fiscal e as Condições para a Dedução de Despesas em Operações com Paraísos Fiscais – Reflexões sobre o artigo 26 da Lei nº 12.249/2010 (2014)	701
Sobre o autor	727